



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 0031/2014

Objeto: Aquisição de Mobiliário Escolar através do processo administrativo nº 2304.018985/2012-80 do Pregão Eletrônico 16/2013, para Registro de Preços no exercício 2014 da Prefeitura Municipal de Olivedos/PB. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico nº 0016/2013. Dotação: 12.361.0010.1005 – 2.3.21.01 – 4.4.90.52.01. Vigência Contratual: 15 de Abril de 2014 a 15 de Abril de 2015. CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Olivedos/PB e NASA – NORDESTE ARTEFATOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Valor: 117.153,00 (Cento dezessete mil cento cinquenta três reais). Olivedos, 16 de Abril de 2014.
Email: pm.olivedos@uol.com.br

GRIGÓRIO DE ALMEIDA SOUTO

Prefeito Constitucional.

Publicado por:

Giselia Borges Costa

Código Identificador:B3B2C8FC

Expediente:

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

Diretoria 2009/2010

Presidente: **Rubens Germano Costa - Picuí**
1º Vice-Presidente: José Antônio Vasconcelos - Pedra Lavrada
2º Vice-Presidente: Fábio Tyrone B. de Oliveira - Sousa
3º Vice-Presidente: Edvaldo Caetano da Silva - Catolé do Rocha
4º Vice-Presidente: Antônio Maroja G. Filho - Juripiranga
1º Secretário: Ednancé Alves Henrique - Monteiro
2º Secretário: Flávia Serra Galdino - Piancó
3º Secretário: João Clemente Neto - Sapé
1º Tesoureiro: José Vieira da Silva - Marizópolis
2º Tesoureiro: Yasnaya Pollyana W. Feitosa - Pombal

Conselho Fiscal Efetivo

1. José Pinto Neto - Boa Ventura
2. Wanderlita G. Pereira - Areia de Baraúnas
3. José Ivaldo de Moraes - Várzea
4. Carlos José C. Marques - Boqueirão
5. João Luiz de L. Júnior - Amparo

Conselho Fiscal Suplente

1. Nadir Fernandes de Farias - Curral de Cima
2. Francisco Chagas L. de Sousa - São Mamede
3. Fernanda Medeiros Loureiro - Emas
4. José Rofrants Lopes Casimiro - São Francisco
5. Davi Cordeiro de Oliveira - Santa Terezinha

Conselho Consultivo

1. José Edvan Félix - Catingueira
2. Isac Rodrigues Alves - Algodão de Jandaira
3. Leonid Souza de Abreu - Cajazeiras
4. João Batista Soares - Caaporã
5. Manoel Almeida de Andrade - Barra de Santana

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES
REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 01/96 de 22 de janeiro de 1996 e alterado pela Lei 1.207, de 22 de março de 2005 é um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento da criança e do adolescente, com atribuição no município de Picuí. Será conhecido também pela sigla "CMDCA".

CAPÍTULO II

NATUREZA, FINALIDADE

Art. 2º - O CMDCA é órgão paritário, tendo funções normativa, consultiva, deliberativa e controladora das políticas públicas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município, vinculado a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

§ 1º - Como órgão normativo deverá expedir resoluções, definindo e disciplinando as políticas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da infância e juventude.

§ 2º - Como órgão consultivo emitirá pareceres através de suas câmaras setoriais sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas após aprovação da plenária.

§ 3º - Como órgão deliberativo reunir-se-á em assembleias, decidindo após discussão e votação por maioria simples de votos, todas as matérias de sua competência.

§ 4º - Como órgão controlador, cadastrará as entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento ou cujas atividades se relacionem ou interferem nos direitos tutelados no Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo inclusive efetuar visitas às mesmas, quando necessário; receberá comunicações oficiais; reclamações de qualquer cidadão relativas a entidades cadastradas e projetos aprovados pelo CMDCA, sobre violação dos DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PICUI, deliberando em plenário e dando solução adequada.

Art. 3º - Incumbe ao Conselho:

I - Observando as linhas de ação e as diretrizes fixadas nos Arts. 87 e 88 da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, formular a política de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como coordenar, controlar e fiscalizar a sua execução;

II - Fornecer subsídios às entidades não governamentais para ajuizamento das ações cíveis destinadas a assegurar os direitos da criança e do adolescente;

III - Acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas governamentais e não governamentais de atendimento da criança e do adolescente.;

IV - Contribuir para o cumprimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

V - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito municipal, assegurando processos contínuos de divulgação dos direitos da criança e do adolescente e dos mecanismos para a sua proteção, bem como dos deveres da família, da sociedade e do Estado;

VII - Garantir a fixação nas instituições públicas, em local visível, da legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente, com esclarecimentos e orientações sobre a utilização de serviços prestados;
VIII - Oferecer subsídios para a elaboração legislativa atinente aos interesses da criança e do adolescente;

IX - Manter banco de dados das entidades de atendimento cadastradas no CMDCA;

X - Estimular os organismos competentes a promoverem a formação e a atualização de profissionais dedicados ao atendimento da criança e do adolescente, sugerindo critérios para a elaboração e desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos;

XI - Promover e incentivar estudos e pesquisas relativos à criança e ao adolescente, com a finalidade de fornecer subsídios para a formação e avaliação das políticas de atendimento;

XII - Manter intercâmbio com o Conselho Estadual e com os Conselhos Tutelares, bem como com organismos estaduais e nacionais, destinados à defesa e à promoção dos direitos da criança e do adolescente;

XIII - Realizar prestação de Contas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

XIV - Aprovar o relatório anual de atividades e avaliação a ser apresentado na prestação de contas à população.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O CMDCA é composto por 08 membros, sendo 04 representantes do Poder Público e 04 representantes da sociedade civil, e respectivos suplentes.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 5º - São deveres dos membros do Conselho:

I - Comparecer às reuniões, justificando as faltas, por escrito, quando ocorrerem, sendo permitida uma a cada mês;

II - Discutir e votar os assuntos debatidos no plenário;

III - Assinar, no livro próprio, sua presença nas reuniões a que comparecer;

IV - Requerer inclusão na pauta de assuntos que desejar discutir;

V - Integrar as comissões para as quais for designado;

VI - Proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

VII - Votar e ser votado para cargos do Conselho;

VIII - Não participar de eventos públicos na qualidade de representante do Conselho, nem emitir opiniões ou conceitos em nome deste, a menos que seja autorizado para tal, pelo plenário do Conselho;

IX - Comunicar à Presidência, até 24 (vinte e quatro) horas antes das reuniões, sempre que possível, os casos de faltas, impedimentos, afastamentos e licença.

§ 1º - Os conselheiros não serão remunerados;

§ 2º - Os membros titulares do Conselho serão substituídos pelos suplentes em seus impedimentos, afastamentos e licenças.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 6º - O Conselho elegerá dentre seus membros, e por 2/3 deles, o Presidente, o Vice-Presidente e um Secretário, para exercerem suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, permitida uma recondução ao mesmo cargo.

§ 1º - A eleição e posse do Presidente, do Vice e do Secretário, dar-se-á na primeira reunião ordinária, após a posse.

§ 2º - No caso de vacância de qualquer dos cargos referidos no "caput", proceder-se-á a nova eleição de conselheiros para exercer o cargo vago no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - O Conselho disporá de uma Secretaria Executiva, coordenada pelo Secretário.

CAPÍTULO V

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 8º - São atribuições do Presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - Representar o Conselho em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;

III - Encaminhar propostas à apreciação e votação;

IV - Baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultarem de deliberação do Conselho;

V - Assinar as resoluções do Conselho;

VI - Divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;

VII - Submeter à aprovação do Conselho à requisição, justificativa ou o recebimento por cessão de servidores públicos, para a formação da equipe necessária ao funcionamento do Conselho;

VIII - Ordenar despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, após aprovação pelo Conselho;

IX - Submeter à apreciação do Conselho a programação físico-financeira das atividades;

X - Tomar decisões de caráter urgente "ad referendum" do Conselho;

XI - Exercer o voto de desempate;

XII - Exercer outras funções definidas em leis ou regulamentos;

XIII - Assinar a correspondência oficial.

Parágrafo Único - Ao Vice-Presidente compete tão somente substituir o Presidente em seus impedimentos e no caso de vacância até que o Conselho eleja o novo titular para o cargo.

CAPÍTULO VI

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 9º. A Secretaria Executiva é órgão constituído pelo (a) Secretário (a) Executivo (a) com a finalidade de prestar o suporte técnico, administrativo e de comunicação necessários ao funcionamento do CMDCA.

Art. 10. Compete à Secretaria Executiva:

I – Buscar e prestar assessoria técnica, administrativa e de comunicação ao CMDCA;

II – Elaborar, registrar, encaminhar e arquivar os documentos e correspondências determinadas pelo Plenário ou Presidência;

III - Secretariar as assembleias, lavrar as atas, controlar a frequência dos conselheiros e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Plenário;

IV – Desenvolver as atividades administrativas necessárias ao funcionamento do CMDCA;

V – Providenciar a publicação das Resoluções e demais atos do CMDCA no Diário Oficial do Município, nos prazos definidos na forma deste Regimento Interno;

VI – Elaborar e submeter ao Presidente a pauta das reuniões;

VII – Manter sob sua guarda os livros e documentos do CMDCA;

VIII – Elaborar a prestação de contas Anual do CMDCA, encaminhando-a para apreciação do Plenário;

IX– Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e as decisões do CMDCA.

CAPÍTULO VII

DAS COMISSÕES

Art. 11 - O Conselho poderá constituir comissões permanentes ou transitórias, compostas por membros efetivos e suplentes, sob a presidência de um conselheiro.

§ 1º - As comissões poderão se valer do concurso de pessoas de reconhecida competência, podendo contratar profissionais para atender as necessidades da comissão.

§ 2º - A área de abrangência, a estrutura organizacional e o funcionamento das comissões serão estabelecidos por resoluções aprovadas pelo Conselho.

CAPÍTULO VII

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 12- O CMDCA funcionará regularmente através de reuniões ordinárias mensais ou em caráter extraordinário.

Art. 13 - As reuniões ordinárias do Conselho serão abertas ao público e obedecerão ao calendário previamente estabelecido e serão, em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 de seus integrantes e, em segunda convocação, trinta minutos após, com o mínimo de 1/3 dos membros.

§ 1º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples;

§ 2º - Nas deliberações em que, na primeira votação ocorrer empate, proceder-se-á uma segunda votação, e, caso permaneça o empate, ao Presidente caberá o voto de desempate.

Art. 14 - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho ou por 1/3 de seus membros, desde que haja comprovada urgência, para trato de assuntos deliberativos, com antecedência mínima de 24 horas, recaiando sua realização preferencialmente, em dia útil, exigindo o mesmo quórum estabelecido no artigo anterior.

Art. 15 - As reuniões obedecerão a seguinte ordem:

- I - Instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- II - Leitura da ata de assuntos tratados na reunião anterior;
- III - Discussão, aprovação e assinatura da ata;
- IV - Leitura, discussão e aprovação da pauta;
- V - Discussão e votação dos assuntos em pauta;
- VI - Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

§ 1º - As votações do Conselho serão feitas por aclamação ou, a critério do Presidente ou a requerimento de qualquer conselheiro, por chamada nominal.

§ 2º - Por deliberação do Conselho, a votação poderá ser secreta.

Art. 16 - As sessões poderão comparecer os suplentes dos conselheiros, assistindo aos trabalhos do Conselho, com direito a se pronunciar e com direito a voto na ausência do titular.

§ 1º - No caso da sociedade civil, havendo mais de uma suplente, terá direito a voto o suplente melhor colocado na última eleição.

Art. 17 - As propostas a serem apresentadas durante a reunião devem ser elaboradas por escrito e entregues ao Secretário, até 02 (dois) dias úteis antes da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo casos de prorrogação de prazo admitido pela Presidência.

CAPÍTULO IX

DA EXCLUSÃO DE CONSELHEIRO

Art. 18 - Será excluído do Conselho o membro que:

I - Faltar a mais de 03 (três) sessões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas no ano;

II - For condenado por sentença passada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes ou infrações administrativas previstas nos capítulos I e II do Título VII, do Livro II do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - For condenado por sentença transitada em julgado pela prática de crime que implique na demissão do servidor público, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único - O Conselho, pelo voto de 2/3 de seus membros, poderá entender justificadas as faltas referidas no "caput" deste artigo, hipótese em que não se operará a exclusão.

Art. 19 - Poderá ser excluído do Conselho, pelo voto de 2/3 de seus membros, o Conselheiro que, de forma reiterada ou grave, descumprir os deveres previstos neste regimento ou revelar conduta pública manifestamente contrária às diretrizes ou finalidades deste Conselho.

Art. 20 - A deliberação sobre a aplicação da medida referida no artigo anterior será precedida de parecer emitido por uma comissão de ética, formada por 03 (três) Conselheiros e presidida pelo mais votado dentre eles.

Parágrafo Único - Para a emissão do parecer conclusivo, a Comissão de ética poderá proceder à investigações, ouvindo o Conselheiro faltoso e testemunhas, requisitando documentos à repartições públicas e demais diligências necessárias ao fiel cumprimento de suas atribuições, devendo facultar ao Conselheiro oportunidade de defesa, antes da emissão do parecer.

Art. 21 - Na hipótese de exclusão de algum membro do Conselho, será ele substituído pelo respectivo suplente, caso se trate de representante da sociedade civil. Tratando-se de representante do Poder Público, o Conselho oficiará ao Sr. Prefeito Municipal solicitando a designação de novo Conselheiro.

Parágrafo Único - Verificada a situação prevista na primeira parte do "caput" deste artigo, passará a funcionar como suplente daquele que assumiu o cargo de Conselheiro, o suplente mais votado entre todos os eleitos. No caso de haver empate no número de votos de dois ou mais suplentes, o desempate ocorrerá considerando-se o critério de maior idade.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - A proposta de reforma deste regimento poderá ser feita pelo Presidente do Conselho ou por 1/3 de seus membros e somente poderá ser aprovada por maioria simples, em sessão extraordinária, convocada exclusivamente para este fim, com antecedência e conhecimento prévio do texto da reformulação e suas justificativas, com o mínimo de 08 (oito) dias.

Art. 23 - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos por deliberação da maioria simples dos membros do Conselho.

Picuí, 11 de abril de 2014.

THEMIS DO SOCORRO MACEDO CAVALCANTI

Presidente do CMAS/Picuí

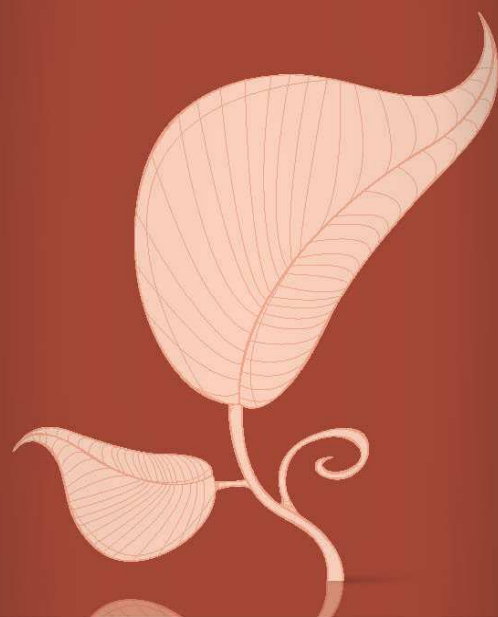
Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:8BA923BC

O PLANETA AGRADECE

AO PUBLICAR NO **DIÁRIO DOS
MUNICÍPIOS** O GOVERNO
POUPA O DESMATAMENTO E
DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES

83. 3044.7401

famup@famup.com.br



FAMUP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE
MUNICÍPIOS DA PARAÍBA